COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

A EXPANSÃO PORTUGUESA NA AMAZÔNIA NOS SÉCULOS 17 E 18

[DOCUMENTO Nº 144]

CULTURA
Edições
Governo do Estado

Arthur Cézar Ferreira Reis é um amazonífilo apaixonado que contagia irresistivelmente os leitores de seus numerosos e excelentes estudos sobre a Amazônia.

Estou apresentando o mais recente dos seus trabalhos: *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos 17 e 18*.

Nele adverte o autor que as terras banhadas pelo Paraná-Guassu dos indígenas, e seus numerosíssimos afluentes, abrangem no Brasil quase metade do território nacional, e para que "essa imensidade territorial participasse da comunhão brasileira, foi necessário o esforço generoso do povo português".

A conquista da população ameríndia para a civilização ocidental foi o objeto do primeiro ciclo amazônico, realizado pela santificadora obra espiritual dos abnegados missionários franciscanos, jesuítas, mercedários, beneditinos, capuchinhos, e de várias outras congregações religiosas.

A ambição desmedida, a audácia

COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos 17 e 18

Documento N.º 144

GOVERNADOR DO AMAZONAS
Omar Aziz

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
José Melo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
Robério Braga

SECRETARIA-EXECUTIVA
Elizabeth Cantanhede
Mimosa Paiva

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LITERATURA
Antônio Ausier Ramos

CULTURA
Secretaria de Estado
Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633-2850 / 3633-3041 / 3633-1357
Fax.: (92) 3233-9973
E-mail: cultura@culturaamazonas.am.gov.br
www.culturaamazonas.am.gov.br

Arthur Cezar Ferreira Reis

COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos 17 e 18

Documento N.º 144

CULTURA
Edições
Governo do Estado

Copyright © Secretaria de Estado de Cultura, 2012
Neste texto foi mantida a grafia original da época.

Coordenação Editorial
ANTÔNIO AUSIER RAMOS

Capa
ROBERTO LIMA

Projeto Gráfico e Diagramação
GRÁFICA ZILÓ LTDA

Revisão
SERGIO LUIZ PEREIRA

Normalização
EDIANA PALMA

Catalogação da Fonte

R375e Reis, Arthur Cezar Ferreira.

A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos 17 e 18 / Arthur Cezar Ferreira Reis. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Cultura, 2012.
44p. ; 14x21cm. – nº 144 (Coleção Documentos da Amazônia).
Inclui documentário.

ISBN 978-85-65409-01-8.

1. História – Portugueses. 2. História – Expansão – Amazônia. I. Título. II. Série

CDD 940
CDU 946.9(811.3)

Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com o foco na geração de oportunidades para novos talentos.

Omar Aziz

Mensagem proferida pelo governador Omar Aziz à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

APRESENTAÇÃO

Arthur Cezar Ferreira Reis foi pesquisador, professor e amazonólogo dos mais respeitados. Escreveu e publicou intensamente sobre a Amazônia. É referência para os pesquisadores modernos. Professor de méritos, conferencista de escol, estudou os mais variados temas de interesse regional a partir de fontes primárias às quais teve acesso durante muitos anos de intenso trabalho.

O conheci de perto depois do exercício do governo do Estado, chegado a Manaus para cumprir uma missão político-militar após o movimento de 1964. Por várias vezes trocamos correspondência, conversamos longamente em sua biblioteca-residência, no Rio de Janeiro, e dele recebi a incumbência de colocar em Manaus a sua rica coleção de livros. E o fiz, abrindo ao povo uma das mais completas bibliotecas sobre o Amazonas. Com ele aprendi muito.

Seu estudo "A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos 17 e 18" lançado originalmente com apresentação do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volta a circular pelas Edições Governo do Estado para facilitar o acesso de estudantes e jovens pesquisadores a trabalhos do autor, falecido há alguns anos e permanentemente citado em qualquer trabalho sobre a Amazônia.

Trata-se de uma mostra sintética da presença do capitão-mor Pedro Teixeira na região, feita com autoridade por quem já em 1931 publicava uma História do Amazonas, muito bem recebida e ainda fonte de outros autores.

Esta edição servirá aos estudantes, porque este é o objetivo primordial da Secretaria de Cultura em fazer tais edições, favorecendo a que os jovens e os pesquisadores que começam a trilhar este caminho, possam compor também sua biblioteca, ler e aprender em autores festejados, conhecer as obras-referência e dispor de publicações objetivas e temáticas.

Ao mesmo tempo é sempre uma homenagem a Arthur Reis que foi o iniciador das Edições Governo do Estado ao tempo de sua administração, lançando novos autores e reapresentando obras clássicas.

Robério Braga

A expansão portuguesa na Amazônia

CAPITÃO – MOR PEDRO TEIXEIRA
Desenho inspirado no óleo de Joaquim M. Machado
(Museu do Ipiranga)

ANTELÓQUIO

Arthur Cezar Ferreira Reisa é um amazonífilo apaixonado que contagia irresistívelmente os leitores de seus numerosos e excelentes estudos sobre a Amazônia.

Estou apresentando o mais recente dos seus trabalhos: "A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII".

Nele adverte o autor que as terras banhadas pelo Paraná-Guassu dos indígenas, e seus numerosissimos afluentes, abrangem no Brasil quase metade do território nacional, e para que "essa imensidade territorial participasse da comunhão brasileira, foi necessário o esforço generoso do povo português".

A conquista da população ameríndia para a civilização ocidental foi o objeto do primeiro ciclo amazônico, realizado pela santificadora obra espiritual dos abnegados missionários Franciscanos, Jesuítas, Mercedários, Beneditinos, Capuchinhos, e de várias outras Congregações religiosas.

A ambição desmedida, a audácia impávida, a coragem pessoal de inúmeros aventureiros permitiram a penetração luso-brasileira na Amazônia. Estudando excelentemente o "Devassamento e ocupação da Amazônia" o ilustre escritor Virgílio Corrêia Filho, dedicado 1º. Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lembrou que: "A pouco e pouco vão se tornando conhecidos os rios próximos, graças às viagens incessantes dos caçadores de índios, que, sem o pretender, revelam-se informantes venídicos a respeito da geografia regional".

Coube ao Império organizar política e espiritualmente a Amazônia. Foi este ciclo muito bem estudado por vários escritores, e entre eles pelo próprio Arthur C. F. Reis em "A conquista espiritual da Amazônia".

No ciclo da indústria extrativa da castanha e sobretudo da borracha, com seu apogeu e decadência, fêz-se sentir a ação desordenada e por isso desastrosa dos Governos Estaduais e da União.

Nos dias que ocorrem o progresso dos países coexistentes na Amazônia esta forçando Inelutavelmente a marcha para o ciclo internacional.

A Venezuela, a Colômbia, o Peru, o Equador, a Bolívia e a Guiana estão vivamente interessados na exploração dos seus respectivos territórios na bacia do Rio-mar, e só o poderão fazer em entendimento franco e generoso com o Brasil.

A livre navegação no Rio Amazonas foi concedida pelo Brasil ao Peru pela Convenção especial de comercio, navegação e limites, de 23 de outubro de 1851; e à Venezuela pelo tratado de Limites e navegação fluvial, de 5 de maio de 1859. Foi em seguida assegurada a todos os pavilhões a livre navegação do Rio Amazonas pelos Decretos nº 3.749, de 7 de dezembro de 1860, e nº. 3.920, de 31 de julho de 1867.

O Governo Brasileiro concedeu vários portos francos aos nossos vizinhos amazonenses. A República do Equador, por ocasião da visita do Chanceler Brasileiro a Quito, em 1958, concedeu ao Brasil um porto franco no Pacífico.

Nos anos de 1957 e 1958, foram realizados entre o Brasil e Peru, Equador, Colômbia e Bolívia inumeros Tratados, Acordos, Notas Reversais, e nas suas negociações referências ao desenvolvimento internacional da Amazônia.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil julgou oportuno declarar no Senado da República do Peru, quando lá recebido em 28 de novembro de 1957: "Brasil e Peru partilham de um destino amazônico comum, que poderá um dia afirmar-se como uma das grandes realizações da humanidade, quando soubermos, com os novos recursos da técnica e da ciência, transformar a Hiléia que hoje nos desafia e nos atemoriza em um promissor manacial de riqueza e de energia". "Não podemos hoje ficar adstrito à pura enunciação de fórmulas de amizade e de cortesia diplomática; precisamos dar um passo à frente conjugar energia e propósitos, demonstrar que a nossa fisionomia espiritual e sonhadora de povos de cultura latina não pode servir de óbice às nossas realizações práticas no setor da economia e do comércio, da cooperação técnica e industrial. Já não mais é possível que nossos países permaneçam adstritos e amarrados a um tipo de economia rudimentar, sujeita às flutuações dos preços de matérias-primas e à instabilidade dos produtos de base no mercado internacional".

No banquete oferecido ao Chanceler Brasileiro, em 5 de Março de 1958, pelo ilustre Presidente da República do Equador, Senhor

Doutor Camilo Ponce Enriquez, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil disse: "Caminhos Geográficos, caminhos ditados pela natureza através da bacia amazônica impõem-nos, a equatorianos e brasileiros, a n de atentarmos na consecução de uma política geral baseada na cooperação de interêsses econômicos, bem interpretados e melhoramente entrelaçados".

A mesma linguagem foi usada na Bolívia e na Colômbia por ocasião de visita a um e outro país.

O Itamarati visava complementar as economias dos países amazônicos, organizando o povoamento e as explorações das riquezas naturais, incrementando a indústria, notadamente a extrativa, a agricultura e a pecuária; e abrindo caminhos novos à dinamização do comércio.

Evidentemente que o Itamarati não considerava a Amazônia "**res nulius**", e sim de domínio exclusivo das Nações nela coexistentes, no que diz respeito aos seus respectivos territórios.

O Brasil, abrindo seus rios e seus portos, construindo estradas de rodagem e estradas de ferro, criando a interdependência econômica, manterá sempre na Amazônia brasileira o **factum** e o **animus occupandi**.

O que se torna inadiavel é a passagem para o ciclo da exportação internacional da Amazônia. Os estudos de Arthur Reis e de tantos outros brasileiros ilustre já levantaram nos respectivos setores problemas a serem examinados, e muitos dêstes já estão perfeitamente equacionados.

O ciclo internacional da Amazônia não é assunto só agora tratado. O Presidente Getúlio Vargas no seu notável "Discurso do Amazonas", pronunciado em Manaus, no dia 10 de outubro de 1950, já dizia: "As águas do Amazonas são continentes. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encaichoeiradas das serranias do Norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográficas e pela origem de suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio sígno de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez como dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside

as relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico".

O escritor Coronel João da Costa Palmeira, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em seu livro "Amazônia", conta que houve tempo em que "na região Amapá, o Contestado Franco-brasileiro era administrado por indivíduo indicado pelas duas Potências rivais. Os emblemas da autoridade eram uma medalha cunhada com as efígies dos soberanos de França e do Brasil, e um bastão com as armas dos dois Impérios. O poder do "principal" dizia respeito, somente, ao executivo. Quando um indivíduo incorria nas penas do Código Penal, prendiam-no e enviavam-no para Cayene ou Belém do Pará, conforme a sua nacionalidade e raça".

Este pitoresco embrião de ação conjunta de estados amazonenses deverá agora ser cuidadosamente desabrochado.

Cabe ao ilustre Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis examinar, com a clarividência que sempre demonstrou nos seus estudos amazônicos, as dificuldades que se nos antolham para a realização do ciclo internacional da Amazônia, com tanta prudência e larga visão estuda pela Chancelaria Brasileira.

José Carlos de MACEDO SOARES
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A
Gilberto Freyre

A EXPANSÃO PORTUGUÊSA NA AMAZÔNIA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

A formação do império português na Sul-América, a América Portuguêsa de Sebastião da Rocha Pita, teve, na Amazônia, um dos seus capítulos mais saborosos, mais palpitantes, mas, até nossos dias, mais ignorados. No entanto, com esse episódio apresenta particularidade, tem seu tom heróico, possui suas grandes páginas, a ponto de haver provocado, da austeridade de Joaquim Nabuco, aquele fase famosa:

- "Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a conquista do vale do Amazonas".

Realmente, assim foi. Dentro da área de 8.555.000 quilômetros quadrados que constituem o espaço brasileiro, a Amazônia representa cerca de 4.000.000, conseqüentemente quase a metade desse espaço. E para que essa imensidade territorial participasse da comunhão brasileira, foi necessário o esforço generoso do povo português, criando o império contra forças negativas da terra e dos homens, que lhe procuravam embaraçar a caminhada e impedir a construção gigantesca de que hoje nos orgulhamos. Êsse esforço, realizado sem cessar, em obediência a um propósito fixado no pensamento governamental, conduzido por missionários, militares, colonos e funcionários civís, que se revelaram cheios daquelas virtudes necessárias a tamanho empreendimento imperial, e souberam cumprir o seu dever, desmentindo a afirmação de que a nação lusitana entrara em decadência, não mais se afirmando em atividades, em criações que demonstrassem a existência da seiva que a levara aos mares de Oriente e a formação de seu mundo ultramarinho.

O grande episódio da integração do espaço amazônico ao império lusitano verificou-se no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Evidenciou a manutenção do espírito expansionista do português, o espírito imperial, proporcionando oportunidade para que se distinguissem novos tipos, do mesmo porte heróico dos homens que fizeram a grande a grandeza pátria no ultramar oriental. Operou-se em meio ao fragor de batalhas e pela ação constante sobre a multidão gentia e à volta da especiaria e da lavoura que o colono foi criando, sob os cuidados e proteção do poder pública, sempre interessado em estabelecer, no extremo norte, uma grande área econômica que

proporcionasse, à nação, os elementos que lhe fundamentassem a reestruturação imperial, como ainda nos últimos dias coloniais os irmãos Souza Coutinho, D. Francisco e D. Rodrigo, este, o famoso Linhares, imaginavam, em planos que mesmo em nossos dias resolveriam muitos dos problemas que angustiam a Amazônia.

Pelo ajuste de Tordesilhas, a Amazônia era espaço integrante das Índias Ocidentais, de Castela. No decorrer do século XVI, os monarcas castelhanos, em sucessivas concessões, entregaram o extremo norte do Brasil a súditos seus, que, todavia, sem meios para a empresa, ou com os olhares voltados para outros misteres, de proventos imediatos, ignoraram as concessões, delas ou desistindo ou se desinteressando. Orelana, em sua descida maravilhosa, em 1540/I, revelou-a em seu gigantismo de águas, de terras, de riqueza florestal e animal, em suas particularidades humanas. Foi a voz que se elevou, nas páginas do cronista Frei Gaspar de Carvajal, criando, com o exotismo amazônico, a intensidade louvaminheira que tanto mal tem feito à região.

O período espanhol da história amazônica, história marcada pelos incidentes sangrentos da aventura Ursua-Lopo de Aguirre, encerra-se com a marcha dos luso-brasileiros que desciam o litoral leste-oeste, na campanha contra os entrelopos franceses a alcançaram o delta, penetrando o rio Pará e vindo estabelecer, no ano de 1616, o fortim do Presépio, que foi sombra amiga para o núcleo de Santa Maria de Belém, hoje a capital do Estado do Pará, e, inegavelmente, a metrópole da Amazônia.

Inglêses, holandeses, iriandeses, a serviço de empresas comerciais que funcionavam na velha Britânia e na Batávia, a essa altura estavam tentando estabelecimentos mercantis e militares ao longo do Amazonas. Mantinham o melhor contato com o gentio Aruan e Tupinambá. Seus estabelecimentos já se estendiam pela costa do Macapá, região das ilhas, Xingu, aproximando-se do Tapajós. Ao lado dos estabelecimentos coloniais levantavam-se as pequenas fortificações, que seriam a raiz das praças fortes que haveriam de garantir, pelos tempos adiante, o império, cujas bases começavam a lançar com tanto êxito e sob tantas facilidades.

Começa aqui a página memorável do esfôrço lusitano para fazer da Amazônia uma parte integrante do ultramar português na Sul-América. Portugal e Espanha formavam, então, uma

monarquia nominal. Os Austrias, ramo espanhol, dominavam a pátria portuguêsa. Os portugueses, com aquela personalidade que souberam manter através mil vicissitudes históricas e políticas, continuavam um povo integrado nessa personalidade. O que realizavam no ultramar objetivava sempre servir ao velho Reino, em demonstrações de integridade e de civismo suficientes para destruir a afirmação desavisada de que já havia decadência, desaparecera o sentimento pátrio, os portugueses caminhavam para desintegração. Atingido o delta amazônico, entrado o elemento estrangeiro, verificado o perigo que havia da presença dêles e da aliança que mantinham com a multidão gentia, os portugueses decidiram prosseguir nas campanhas que vinham batalhando pelo litoral contra o francês voraz.

Caldeira de Castelo Branco, que estabelecera o Presépio, governante inábil mas soldado capaz, de logo projetou a partida contra o estrangeiro. Portuguêses e espanhóis eram cristãos católicos. Inglêses, holandeses e irlandeses apareciam-lhes como emissários da Reforma. Eram, por isso, os "hereges". Lutar contra êles equivalia, assim, a servir à pátria e à cristandade.

Em Madrid, sabida a novidade da fundação do Presépio e examinados os perigos que os "hereges" criavam, o Conselho das Índias fêz as devidas reflexões acêrca da ação a empreender. Seria conveniente entregá-la aos luso-brasileiros? Haveria perigo de confiar a súditos recentes e de cuja fidelidade ao trono espanhol certamente havia dúvidas? O espaço amazônico, convém recordar, era espaço legítimo, pelo ajuste de Tordesilhas, da Coroa espanhola. O litoral do Brasil, ao contrário, pertencia, pelo mesmo ajuste, à Coroa portuguêsa. Como decidir?

Os estabelecimentos espanhóis na Guiana não podiam, realmente, encabeçar a emprêsa de descer o litoral, em direção ao delta, para, a seguir, vencido o concorrente "herege", penetrar o grande rio e transformar suas águas e suas terras. Êsses estabelecimentos nenhuma significação possuíam. Estiolavam-se. Andavam em perigo constante, face à desenvoltura dos estrangeiros, que intentavam destruir o domínio de Castela no Novo Mundo. Ora, se com êles não era possível contar para o empreendimento, por que não o confiar aos luso-brasileiros, que já estavam com o pé na terra amazônica?

Em 1621, pelo aviso de 4 de novembro, decidiu-se, em Madrid, desprezar as restrições que advinham de possíveis perigos de uma ação subterrânea dos luso-brasileiros contra interêsses de Espanha, confiando a êles a tarefa magnânima de subir o Amazonas, destruir as posições dos "hereges" e criar o império.

Durante cêrca de duas décadas, a história amazônica escreveu-se, por isso, no fragor da luta contra o "herege" e contra a multidão gentia que se mantinha, ora aliada ao estrangeiro, ora decidida a obstar o domínio do novo senhor. Capitães da altura cívica de Pedro Teixeira, Bento Maciel Parente, Pedro Barão de Abreu, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Luiz Aranha, Ayres Chichorro, Francisco de Medina, Pedro da Costa Favela, Jerônimo de Albuquerque, Jacome Raimundo de Noronha, Feliciano Coelho, Sebastião de Azevedo, combatendo com decisão e impetuosidade, triunfaram sobre o estrangeiro e sôbre o gentio. Dêsse gentio, já algum havia cedido na hostilidade, aliando-se ao português pela ação dos Franciscanos da Província de Santo Antônio. Frei Antônio de Merciana, que orientava êsses Religiosos, foi mesmo uma das mais salientes figuras da ação militar contra o "herege", combatendo à frente de seus catecúmenos, que selavam, nas partidas militares, a sua cooperação com os homens que vinham criar o novo império.

Estava quase vencida a partida quando um novo acontecimento veio abrir maiores perspectivas ao empreendimento lusitano. Êsse acontecimento foi a subida do Amazonas pela expedição comandada por Pedro Teixeira, que atingiu Quito e, ao regresso, fundou, na confluência do Aguarico com o Napo, o núcleo da Franciscana, que batizaria, na hinterlândia amazônica, as fronteiras das Coroas portuguesa e espanhola. O espaço amazônico, em sua extensão, pelo gesto do bandeirante português, deixava de ser espaço da Coroa de Castela? Aquêles perigos antevistos pelo Conselho das Índias tinham sua razão de ser? A expansão luso-brasileira já se estava operando, claramente, contra os interêsses da Coroa de Castela, beneficiando a Coroa portuguesa? Os têrmos jurídicos do ajuste de Tordesilhas começavam a transformar-se em letra morta. A fronteira estava sendo empurrada. Ano de 1639. Dia 16 de agôsto.

Pouco depois, verificava-se outro sucesso de importância definitiva para os resultados da façanha; empreendida pelos luso-brasileiros: Portugal declarava-se reintegrado em sua soberania,

voltando a ser um reino livre, com monarca português. A Amazônia, onde os interêses espanhóis entravam em crise, decidiu-se, na conjuntura, pela pátria portuguesa. Quais, porém, os seus extremos no Norte e no Oeste?

Felipe IV, proclamando a benemerência dos serviços de guerra de Bento Maciel Parente, concedera-lhe uma capitania hereditária: a Capitania do Cabo Norte, que se estendia ao Oiapoc, ou Vicente Pizon, e ao Peru. Proclamada a restauração, D. João IV confirmou a doação aos herdeiros do guerreiro colonial. A fronteira ao norte assinalava-se, destarte, por títulos serenos que seriam defendidos, incessantemente, até os pleitos que tivemos de sustentar com a França, quando o laudo de Berna decidiu da legitimidade insofismável de nossa soberania.

E a fronteira oeste? O núcleo da Franciscana marcaria efetivamente o outro extremo da colônia. Os espanhóis cederiam o espaço interior sem reação, sem um protesto, sem uma tentativa de defender o que consideravam parte de sua integridade territorial?

A expansão luso-brasileira pela hinterlândia, em direção ao norte e ao oeste, procurando alcançar as fronteiras estabelecidas na concessão a Bento Maciel Parente ou fixadas por Pedro Teixeira, se não apresenta aquêles episódio de heroicidades militar que vamos encontrar na marcha em direção ao Prata, nem por isso foi executado com mansidão, sem choques, sem incidentes que lhe dessem côr especial, como afirmamos de início. Ora entestando com a multidão gentia, ora tendo de haver-se com o espanhol e com o francês, a expansão luso-brasileira em direção à fronteira no Napo ou em direção à fronteira do Oiapoc processou-se, exigindo sacrifícios, exigindo sacrifícios, exigindo certa marcialidade, exigindo sentimentos de civismo bem vivos.

O Presépio e o Fortim de Santo Antônio do Gurupá, êste já no interior amazônico, garantiam a margem direita do delta. Para a manutenção da fronteira norte, os luso-brasileiros logo estabeleceram a posição fortificada do peru, garantindo a margem esquerda do delta. Os franceses de Caiena aspiravam descer o litoral, procurando as águas do Amazonas. A região era rica em especiaria. Na terminologia geográfica da época, cobrindo-a com o nome de um acidente fisiográfico que se distinguia e sôbre o qual aprovam as embarcações dos corsários europeus, denominavam-

na costa do Cabo Norte. Para defendê-la da cobiça dos gauleses, os luso-brasileiros empenharam-se numa luta heróica contra os concorrentes, contra o gentio local e contra a própria natureza. Esta apresentava-se hostil.

Em períodos de inverno as águas do mar engoliam gigantescas áreas de terra. Região permanentemente molhada, encharcada pelas águas de um sem-número de lagos na bacia do Araguari ou de outros vários cursos fluviais que ali correm, não era saudável. As febres de mau caráter como que barravam a permanência do homem da Europa. Mais de uma vez, por isso apesar da significação política que representava sua manutenção para a Coroa portuguêsa, houve a sugestão, partida da própria colônia, para que fôsse evacuada. O Conselho Ultramarino e as autoridades maiores da colônia pronunciavam-se sempre contrárias a essa sugestão. A política a seguir seria a da manutenção das posições. Foram asseguradas, estudadas constantemente as condições locais, aumentados os estabelecimentos militares, instalados núcleos de catequese, enfrentada a hostilidade local. Nessa ação memorável, distinguiram-se dois grandes governantes da Amazônia: Gomes Freire Andrade e Antônio de Albuquerque Coêlho de Carvalho. Êsses dois administradores, com um sentido admirável do que representava a região, do ponto de vista político, não a descuraram, um instante.

O primeiro, além das providências que determinou na fase de sua gestão, mais tarde membro do Conselho Ultramarino, foi a experiência de que se valeram os estadistas reinóis para conhecer das dificuldades e da importância daquele trecho para o Império. O segundo, tomando contato com a região em mais de uma viagem a ela, dirigiu a ofensiva contra o ambiente, contra o gentio e contra os franceses. Em seu govêrno, sob a inspiração de De Ferolles, que governava a Guiana Francêsa e era um enamorado da aventura colonial com ampliação do espaço de Caiena, fôrças regulares francesas penetraram a costa do Cabo Norte e investiram sôbre as fortificações luso-brasileira. Colhidas de surprêsa, as posições caíram em mão do invasor. Souza Fundão e João Muniz de Mendonça, devidamente equipados, por ordem de Coelho de Carvalho retomaram-nas, aprisionando os invasores com o material de guerra que traziam. Uma bandeira francesa ficou em mãos luso-brasileiras. Troféu do entrevêro. Ano de 1691.

Missionários franceses, colonos preadores de gentio, pescadores, autorizados pelos governadores de Caiena, não cessavam, porém, nas sortidas, na ousadia da penetração pela terra do Cabo do Norte. As autoridades civis, militares e religiosas luso-brasileiras, de seu lado, não cessaram igualmente na ação contra êles, aprisionando-os e devolvendo-os, em gestos de boa vizinhança, aos sítios da Guiana, de onde haviam saído. Tropas volantes, embarcadas em flotilhas construídas nos estaleiros de Belém, percorriam a costa. Faziam o policiamento. Controlavam a situação, demonstrando a permanência da soberania portuguêsa. Um religioso da Companhia de Jesus, o matemático Alcísio Conrado Pfeill, por ordem de D. Pedro II, procedeu a um inquérito rigoroso acêrca dos direitos da nação portuguesa. Levantou a carta da zona nevrálgica. Fêz, assim, o primeiro inventário geográfico, cartográfico, histórico, dos títulos em que se fundava Portugal para exercer ali a sua ação política, econômica, espiritual, ação de soberania incontestável.

Os franceses, por 1697, procuraram a solução diplomática. Três grandes figuras da diplomacia portuguêsa: - Gomes Ferreira de Andrade, e Mendo de Poyo Soares, defenderam os títulos portugueses. A argumentação que apresentaram, constitui obra-prima que foi raiz dos trabalhos magníficos de Joaquim Castano e de Rio Branco nos pleitos posteriores. A situação européia era grave. O problema da sucessão da Espanha provoca inquietações. Portugal, abandonando sua velha aliança com a Inglaterra, juntou-se à França. Um tratado, firmado entre as duas potências, 1700, a 4 de março, chamado "Tratado Provisional", declarou neutralizada a área entre o Oiapoc e o Amazonas. Pouco depois, a 18 de junho de 1701, ainda em conseqüência dessa situação nova a que Portugal era arrastado, novo ajuste deu momentâneo ganho de causa à França, pois as águas e terras em questão passariam à soberania de Luiz XV. Portugal, porém, abandonando a traição que cometia a seus próprio interêsses pela colaboração com a França, em 1703 regressava à sua aliança com a Inglaterra. Batalharia contra os exércitos de Felipe V e Luiz XV. Quando, em 1712, os contendores se avistaram em Utrecht para ajustar suas diferenças e estabelecer, com a apz, uma nova carta política na Europa e domínios coloniais, os diplomatas portugueses, D. Luiz da Cunha, João Gomes da Silva, Conde de Tarouca e Cunha Brochado, numa atuação gigantesca, que lhes faz

honra ao tato e à vibração patriótica, conseguiram interessar a rainha Ana da Inglaterra, defenderam as razões de sua pátria e, depois de verdadeiras batalhas com a diplomacia francesa, lograram que o Tratado de II de abril de 1713 declarasse que a fronteira entre a Amazônia e Caiena era o Oiapoc ou Vicente Pizon.

Utrecht, apesar da claridade que decorria de sua letra, não encerrou as dúvidas a propósito da fronteiras norte. Os franceses mantinham-se irredutíveis. Interpretavam o Tratado com evidentes prejuízos para os interêsses de Portugal e Brasil. Criavam uma geografia nova confundindo o Oiapoc ou Vicente Pizon com o Araguari e com outros cursos fluviais. A penetração dos mercadores e dos escravizadores prosseguia. Os perigos, pelo entendimento que se processava, principalmente com o gentio Aruan, não cessavam.

Os governantes da Amazônia, proclamemos-lhes a benemerência, sem uma hesitação, souberam cumprir seus deveres, mantendo rigorosa vigilância na fronteira, fazendo policiá-la e situando nos sítios nevrálgicos os destacamentos militares e os aldeamentos indígenas que servissem para o início da ocupação humana e econômica, dirigidos pelos missionários, ora da Companhia de Jesus, ora da Província de Santo Antônio.

Entre 1723 e 1728, expedições de certo aparato militar compareceram ao Oiapoc para verificar da existência de um padrão que balizaria a fronteira e teria sido mandado erigir ao tempo de Carlos V. Essas expedições, comandadas por João Pais do Amaral, Diogo Pinto da Gaia, Francisco de Melo Palheta e Xavier Botero, encontraram peças de pedra que lhes pareceram partes integrantes do padrão, que teria sido destruído pelos franceses, firmes no propósito de dificultar a legítima interpretação do que ficara assentado em Utrecht. As autoridades francesas, com as quais se avistaram os referidos capitães, foram solicitadas a abandonar os trechos que Portugal proclamava parte de seu território colonial. Uma copiosa correspondência abriu-se entre os administradores do Pará e de Caiena. Engenheiros portugueses visitaram a região, levantando cartas, sugerindo fortificações e estabelecendo posições armadas. O inquérito e as medidas de precaução, a que se havia procedido no século XVII, continuaram. Portugal, por todos os meios lícitos a seu alcance, defendeu seus títulos, seus direitos, preservou sua faixa de fronteira.

No consulado pombalino, erigiu-se a fortaleza de São José do Macapá, que substituiu as praças menores que haviam, até então, valido nas horas duvidosas. São José do Macapá, como forte do Príncipe da Beira, era um monumento militar, equipado com 62 canhões e guarnecido por um regimento de infantaria. O estado de vigilância não foi abandonado. Quando se encerrava o século XVIII, um dos homens que dignificaram mais vivamente o nome lusitano na Amazônia, D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, ante os perigos que decorriam da Revolução francesa e dos desejos imperiais que os homens de Caiena mantinham de pé, tomou precauções as mais amplas. Mobilizou o Estado. E projetou a imediata conquista da Guiana, organizando as fôrças que deviam realizar a façanha. Seu pensamento não teve execução. Portugal desaprovou-o. A França era a poderosa nação que amedrontava o mundo. Napoleão inquietava a velha Europa. Mesmo assim, os agentes de D. Francisco não estiveram ausentes de suas atividades, trazendo ao conhecimento dos Capitães-Generais todos os passos, que se davam em Caiena, que pudessem expressar perigo para os interêsses luto-brasileiros.

Quando, em 1808, as tropas de Junot penetraram em Portugal, não foi difícil, em Belém, antes mesmo da chegada dos contingentes de Pernambuco, preparar os elementos militares que, sob o comando de Manuel Marques, realizaram a conquista da colônia francesa, pondo termo às inquietações que vinham, há dois séculos, marcando a situação na fronteira e pondo em perigo a segurança da soberania nacional no extremo-norte. A solução, aventada várias vêzes por D. Francisco, era posta em prática por seu irmão, o famoso Conde de Linhares, que agora tinha posição de comando nos negócios do novo Brasil que se estruturava com a monarquia joanina.

A expansão em direção ao norte, mantendo a fronteira nos têrmos da concessão da Capitania de Bento Maciel Parente, decretada nas decisões do Conselho Ultramarino, realizada pelos soldados, religiosos, funcionários civis eis e colonos do Pará, era uma emprêsa conduzida dentro do sentido imperial português e um dos capítulos da história da formação territorial da Amazônia. Completara-se, através sua execução, a configuração litorânea do Brasil, que dominava assim as duas entradas do delta do Amazonas. O limite que se desejara alcançar ao norte estava alcançado. O que não correria no sul, quanto aos objetivos de conduzir a fronteira ao

Prata ou ao domínio das duas margens do grande caudal, porta de entrada para as extensões territoriais que se criavam na região mato-grossense.

A irradiação, em direção oeste, esta teve como pontos de partida são Luiz, nos primeiros tempos, Belém e Gurupá, posteriormente, Belém principalmente. Como a irradiação para o norte, ao longo da costa, levada adiante por militares, civis e religiosos que, ora avançava servindo a seus próprios interêsses, ora atendiam a ordens que lhes decretavam de Lisboa sob o objetivo de aumento do espaço territorial na Amazônia.

Nessa irradiação, foram atingidas e visitadas as águas do Tapajós, do Xingu, do Madeira, do Rio Negro, do Rio Branco, do Solimões, do Japurá, do Içá, do Maranon, do Napo. Aqui e ali, os sertanistas, os religiosos e as Tropas de guerra encontraram dificuldades impostas por grupos indígenas que, internando-se ante a marcha do conquistador, ofereciam resistência nos sítios onde se estavam estabelecendo. Foi assim, para exemplificar, no Rio Negro e no Madeira. No Rio Negro, os grupos locais, orientados e confederados pelos Manao, dirigidos pelo tuxaua Ajuricaba, atiraram-se a verdadeira guerra de morte aos homens que penetravam o sertão, vindos do litoral. Todos os chefes regionais, obedecendo aos planos do morubixaba manaoara, combateram durante anos, pondo em perigo a soberania lusitana, de maneira a exigir que expedições de guerra, comandadas por João Pais do Amaral e Belchior Mendes de Morais, realizassem operações que findaram pelo aprisionamento do herói gentio e seu suicídio nas águas da baía de Boiaçu.

No Madeira, os Torá, como posteriormente os Mura, êstes só pacificados em fins do século XVIII, procuraram impedir a subida dos coletores de especiarias. Fizeram a guerra. Tiveram a mesma sorte dos confederados pelos Manao, e pelos Tupinambás, que haviam pretendido, nos primeiros dias da conquista, impedir a instalação do domínio luso-brasileiro nas terras e águas amazônicas.

No Solimões, a partida teve de ser jogada com os espanhóis, que desciam o rio, representados pelos missionários jesuítas. Chefiava a ação religiosa para Espanha um dos nomes mais ilustres daqueles dias iniciais do Novo Mundo – o inaciano Samuel de Fritz. A obra de catequese que estava realizando já rendia quase que o domínio manso e perfeito de tôda a bacia do Maranon e do Solimões. As ordens

expedidas de Lisboa, soldados e religiosos, agora não jesuítas, mas carmelitas, subiram o rio e puseram têrmo a façanha do missionário, obrigando os religiosos e os militares espanhóis que os amparavam a evacuar o Solimões. Os capitães Antônio de Miranda o José Antônio da Fonseca, anos de 1691 e 1697, em ato solene, tomaram posse da região para a Coroa portuguesa.

Sertanistas e militares, todavia, não se deixaram limitar às águas do Solimões nesse feito político. E prosseguiram na penetração, procurando a fronteira que Pedro Teixeira assentara no Napo. Em 1732, Belchior Mendes de Morais, de ordem das autoridades de Belém, procedeu à verificação da existência do marco, em presença de religiosos espanhóis, restaurou-o, repetindo a solenidade de nove décadas anteriores.

No Rio Negro, tropas de resgates e tropas de guerra, alcançando a zona das cachoeiras, passaram além delas, assentando arriais e por fim subindo o Cassiquiari até o Orenoco, onde, com surprêsa dos jesuítas que trabalhavam para Espanha, deram notícia das comunicações das duas bacias pelo canal que acabavam de percorrer. Entre outros, distinguiu-se na façanha o sertanista Francisco Xavier de Morais.

No Rio Branco, o episódio do descobrimento e da exploração da região foi tarefa em que se destacaram, entre outros, Francisco Ferreira, Cristóvão Aires Botelho, José Miguel Aires, Lourenço Belfort e Francisco Xavier de Andrade.

No Madeira, os sertanistas luso-brasileiros da Amazônia deram as mãos aos bandeirantes paulistas que vinham de Mato Grosso. Como sucedeu posteriormente no Tapajós e anteriormente no Tocantins. Foram nomes memoráveis: João de Barros Guerra, Melo Palheta, Antônio Raposo Tavares, Manoel Felix de Lima, José leme do Prado, João de Souza de Azevêdo.

No Tapajós, Francisco Soeiro de Vilhena, Estevão de Albuquerque, Fernão Coelho de Souza submeteram grupos indígenas, exploraram o rio.

A penetração em direção oeste do Amazonas, as comunicações em outros distritos do Estado do Brasil, pelas águas dos afluentes do Amazonas, as tentativas para irradiar sôbre áreas ocupadas pelos missionários e pelas autoridades espanholas, se de um lado evidenciavam o espírito aventurosos dos luso-brasileiros,

os sentimentos patrióticos que os guiava, de outro deixava claro a intenção de Portugal, que se mantinha fiel ao pensamento de criar, na Amazônia, uma nova área de seu mundo ultramarino. A propósito, queremos referir-nos à existência de uma copiosa legislação regulando essa expansão e determinando as providências para que ela se efetivasse e se pusesse fora o aventureiro espanhol que tentasse embaraçá-la por qualquer meio ou modo. Tal legislação consta de códices que compulsamos na seção de manuscritos da Biblioteca do Estado do Pará, da Biblioteca Nacional, do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro, do Catálogo da Seção Ultramarina da Biblioteca de Lisboa, do inventário de documentos da Biblioteca da Ajuda e da Casa do Cadaval. Por êsse documentário copioso, não é possível acreditar-se que a irradiação na Amazônia, em direção norte ou em direção oeste, portanto pela hinterlândia sul-americana no mundo amazônico, tenha sido realizada apenas pela iniciativa pessoal dos sertanistas, dos catequistas, ou pela ousadia de um ou de outro membro do poder público da colônia. Essa façanha, que estamos procurando historiar coma documentação necessária e definitiva, foi estudada devidamente no Conselho Ultramarino e determinada incessantemente de Lisboa. Revela, destarte, insistamos, um programa de ação, uma preocupação do Estado para dilatar seu espaço territorial.

Jaime Cortesão, numa tese interessante, vem sustentando, em seus cursos no Itamarati, a existência de um período do Estado português para criar o espaço brasileiro dentro do que a fabulosa geografia do indígena e dos primeiros viajantes chamavam de Ilha Brasil, isto é, o espaço compreendido entre o Atlântico e as bacias do Amazonas e do Prata, que se ligariam, no interior, numa lagoa, situada aqui, ali, acolá, na cartografia dos primeiros dias[1]. A irradiação pela Amazônia, com a presteza, com o sentido que possuía, com a amplitude que a caracterizou, pode conduzir-nos a aceitar tese mais arrojada – a da intenção governamental de ir aos Andes para ali criar a fronteira entre os mundos de Espanha e de Portugal.

Afirma-se que a irradiação foi obra de missionários ou de sertanistas, êstes preocupados unicamente com a coleta da especiaria, a "droga do sertão", da terminologia da época, aquêles

1 Jayme Cortesão em seu livro recente, - "Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil", volta a tese, para mostrar que o propósito português está perfeitamente justificado com a façanha do bandeirantes português-paulista e de Pedro Teixeira, aquêle na zona sul-oeste e êste na Amazônia.

com a catequese da multidão indígena. Obra de caráter econômico ou de natureza espiritual. É certo que essas razões presidiram a tôda a emprêsa lusitana na Amazônia, como presidiram noutros distritos do Brasil, como foram fôrça fundamental nos vários trechos de águas e terras que Portugal descobriu e incorporou ao ecúmeno. Todavia, o sentido político da irradiação foi evidente. De parte os textos das cartas régias, das decisões do Conselho Ultramarino, a que já nos referimos, há sucessos que devem impressionar: - a posse de Oiapoc por Diogo Pinto da Gaia, a posse do Solimões por Antônio de Miranda e Antunes da Fonsêca, a posse do Napo por Belchior Mendes de Morais, a posse do alto Madeira por Melo Palheta, os autos de justificação de posse dos Rios Negro, Branco e Napo, levantados em 1777.

Convém referir aqui, mesmo de raspão, que ao mesmo tempo que essa expansão se operava pela ação dos sertanistas e de elementos militares e civis a serviço do poder público, de Lisboa mandava-se estudar a região, levantando-se-lhe a cartografia. As ordens a respeito são várias. E os trabalhos, realizados a começar da carta de Antônio Vicente Cochado, riscada em 1621, por ocasião dos entreveros com os ingleses e holandeses, aos levantamentos de 1750, da expedição de Fagundes Machado e Gonçalves da Fonsêca, pelas águas do Madeira, Mamoré, Guaporé.

E cabe referir mais que, ao lado dêsses homens de tamanha têmpera, no esforço para o desbravamento e o alusitanamento de espaço amazônico, o Estado valeu-se das Ordens Religiosas que cooperavam no Império, no afã catequista, na educação do gentio, na cristianização e ocidentalização dos primitivos que iam sendo encontrados no ultramar. Os institutos que atuaram na Amazônia foram, pela linha de sua chegada: - Franciscanos da Província de Santo Antônio, Jesuítas, Mercedários, Carmelitas, Franciscanos da Conceição da Beira e Minho, Franciscanos da Piedade. Jesuítas, Carmelitas e Frades de Santo Antônio, sobrelevando os demais milicianos da Igreja, produziram uma obra de evangelização e de política construtiva que, de certa maneira, bem podemos afirmar que é ela explica muito do sucesso, muito da rapidez e muito do definitivo alcançado pelo Estado em seu empenho de estabelecer a soberania lusitana na Amazônia. Essas Ordens, que se enriqueceram com seus mártires, realizaram uma tarefa de magnitude que ainda não

foi devida e profundamente, senão exaltada, pelo menos registrada em suas minúcias, que elas valem, mesmo num registro sêco, como verdadeira epopéia de bravura cívica.

Quando, em 1750, Alexandre de Gusmão conseguiu aquêle feito político de conseqüências imensuráveis que foi o Tratado de Madrid, resolvendo sôbre a soberania que os portuguêses podiam manter sôbre os espaços sul-americanos, a área amazônica em mãos luso-brasileiras era imensa. De certo houve a cessão do trecho no Maranon entre o Napo e o Solimões. Até lá chegara a irradiação luso-brasileira. Apenas irradiação. Não se verificara, contudo, o exercício manso, ininterrupto, do domínio. A extensa faixa de terras e águas ficou, por isso, proclamada como área espanhola. A imensidade que Espanha, esquecendo o ajuste de Tordesilhas, concordava em que permanecesse como parte integrante do império dos novos lusíadas, recordemos agora, quase alcançava os três milhões de quilômetros quadrados. Nenhuma área brasileira, conquistada pelos bandeirantes e pelos criadores de gado aos outros mundos interiores do Brasil nascente, atingia as mesmas proporções.

Nos princípios da conquista, criara-se a Capitania do Pará, parte integrante do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Ante o gigantismo do espaço, apelara-se para a cooperação de soldados e fidalgos, aos quais concederam-se capitanias hereditárias: - Cametá, Marajó, Xingu, Caeté, Cabo Norte. Em 1757, criou-se a Capitania de São José do Rio Negro, raiz do atual Estado do Amazonas. Para a ocupação mais permanente da terra, além de tôda uma série de atos que visavam a fomentar o desenvolvimento econômico da região, o govêrno adotou o critério da imigração de casais açorianos e do aproveitamento da mulher gentia, levando-a a casar com o reinol. Processou-se, destarte, a miscegenação intensiva. Vinte e seis fortalezas, casas fortes e baterias foram erigidas, balizando a fronteira ou garantido, pela hinterlândia, a ordem e a soberania real. Uma invasão espanhola ao vale do Rio Branco, em 1777, como uma tentativa no alto Rio Negro, em 1763, foi repelida e aprisionados os invasores. Funcionários judiciários promoveram amplos inquéritos, ouvindo sertanistas, militares, religiosos para concluir sôbre a extensão e a legitimidade da soberania portuguesa nos trechos mais distantes da fronteira. Estadistas do tomo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Manuel Bernardo de Melo e Castro, João Pereira

Caldas, Lobo d'Almada, D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, repetindo os feitos políticos de Coelho de Carvalho, de Gomes Freire, de Maia da Gama, zelaram intensamente pelos direitos de luso-brasilidade da região. Provaram eficiência. Defenderam a soberania pela fôrça das armas, pela exploração econômica, pela ocupação do espaço, por uma longa e habilíssima política. Técnicos mandados para os trabalhos de demarcação, decorrentes dos tratados de limites de Madrid e de Santo Ildefonso, subiram rios, viajaram lagos, passaram cachoeiras, identificaram a geografia local nos roteiros que foram escrevendo, nas cartas que riscaram, nos documentários epistolares que, sôbre serem títulos magníficos da ação científica que vinham desenvolvendo, provavam a continuidade daquela intenção política oficial de manter a Amazônia dentro do espaço luso-brasileiro da Sul-América.

O assunto é de extensão. Não é possível, senão num livro denso, expô-lo com os detalhes, os rigores que êle permite ou exige. Mas, mesmo a vôo de pássaro, como fizemos agora, o estudo da expansão lusitana na Amazônia autoriza aquela afirmativa de início. Espaço espanhol, pelo ajuste de Tordesilhas, a Amazônia é hoje espaço brasileiro pela ação que os portugueses e brasileiros, do ciclo colonial, realizaram. E realizaram com propósito deliberado, no desdobramento de um programa oficial, de uma política imperial que foi decretada de Lisboa e permitiu, por isso, a frase famosa de Joaquim Nabuco: - "Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a conquista de vale do Amazonas".

DOCUMENTÁRIO

O ALFERES PEDRO TEIXEIRA

Cônego Francisco Bernardino de Souza

Foi o primeiro português que transitou por terra do Pará ao Maranhão, portador de cartas do capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco para o governador do Estado do Brasil, Gaspar de Souza e para Jerônimo de Albuquerque, conquistador e capitão-mor do Maranhão. Foi escoltado por poucos soldados. Os indígenas do Caité tentaram matá-lo aleivosamente, porém, Teixeira conseguiu fazer paz com êles e tomou posse do território em nome do rei de Portugal.

O seu aparecimento no Maranhão causou, como era natural, pasmo e admiração, por ser o primeiro que assim tinha caminhado, somente guiado pelo instinto, penetrando em terreno que lhe era completamente desconhecido, composto de um intrincado labirinto de rios, matagais e bosques.

Regressou felizmente da comissão de que fôra incumbido.

– LEMBRANÇAS E CURIOSIDADES DO VALE DO AMAZONAS
(1873)

RESOLUÇÃO DO VICE-REI DO PERU

Recebida naquela Real Audiência de Quito a notícia que bastava para dar plano concreto do muito que as duas magestades Divina e humana importava acudir com brevidade ao bom êxito de negócio tão importante, não se atreveram os senhores Presidente e Ouvidores a resolver coisas alguma, sem primeiro dar conhecimento ao Vice-Rei do Peru, que era então o Conde de Chinchón.

Êste, depois de consultar sôbre o assunto a gente mais ponderada da cidade de Lima, Côrte daquele Novo Mundo, resolveu por carta sua ao Presidente de Quito (que era o licenciamento D. Alonso Perez de Salazar), datada de dez de novembro de seiscentos e trinta e oito, que o Capitão Pedro Teixeira voltasse logo com tôda a sua gente à cidade do Pará, mesmo caminho por onde tinha vindo, dando-se-lhe todo o necessário para a viagem, pela falta que tão bons capitães e soldados fariam sem dúvida naquelas, fronteiras, que de ordinário são infestados pelo inimigo Holandês, mandando juntamente que, se fôsse possível, se dispuzessem as coisas de modo que fôssem em sua companhia duas pessoas dignas, às quais se pudessem dar fé pela Coroa de Castela, de todo o descoberto e do mais que na viagem de volta se fôsse descobrindo.

Padre Cristobal de Acuña, S.J.

A REAL AUDIÊNCIA NOMEIA
O padre cristobal de acuna para esta jornada

Vendo o licenciamento Suarez de Poago, fiscal da Real Chacelaria e Quito, já de partida a Armada Portuguêsa e considerando, como fiel Ministro de Sua Magestade, as muitas vantagens e nenhuns inconvenientes que daí podiam avir, achou de bom aviso que dois religiosos da Companhia de Jesus a acompanhassem notando com cuidado tudo o que fôsse digno de reparo neste grande rio, com cuja notícia passassem à Espanha, para dar uma relação segura de tudo ao Real Conselho das Índias e, sendo necessário, ao Rei Nosso Senhor, em sua Real Pessoa.:

Como pensou o Fiscal, assim o propôs ao Real Acordão, e a todos parecendo boa a proposta, dela se deu conhecimento ao Provincial da Companhia de Jesus, que nessa ocasião era padre Francisco de Fuentes, o qual, estimando a honra que se fazia à sua Religião, em confiar-lhe coisa de tamanha importância, e cubiçoso de que por esta via se lhe abrisse a porta por onde entrassem os seus filhos, a levar a nova luz do Santo Evangelho a tão grande número de almas, que neste grande rio jazem na sombra da morte, nomeou em primeiro lugar, para esta emprêsa, ao padre Cristobal de Acunã, religioso professo, e atual reitor do colégio da Companhia na cidade de Guenca, jurisdição de Quito; e em segundo lugar, por seu companheiro, ao padre Andrés de Artieda, lente de Teologia no dito Colégio da mesma cidade de Quito.

Aceita pelos senhores da Real Audiência a nomeação dos dois Religiosos da Companhia de Jesus, se lhes mandou uma Provisão Real (cuja cláusula pusemos no começo desta narrativa), na qual se lhes ordena que, sendo com ela requeridos, partam imediatamente da cidade de São Francisco de Quito, em companhia do Capitão Mor Pedro Teixeira, e chegando à do Pará, passem à Espanha, a dar conta ao rei, nosso Senhor, em sua real pessoa, de tudo o que cuidadosamente tiverem notado no decurso da viagem.

Padre Cristobal de Acuña, S.J.

– NOVO DESCOBRIMENTO DO GRANDE RIO DAS AMAZONAS –
(Companhia Editora Nacional – 1941)

... E como se oferecessem os narradores, para "guias" de expedição até Quito, aquêle governador, governador, que administrava o Maranhão, o Grão-Pará e a Amazônia, foi tomado do ímpeto de pôr em prática as ordens régias, há muito positivadas no sentido de devassar e consumar a conquista do rio de ORELANA, na sua vastíssima massa oceânica; ordens régias cujo cumprimento, por temor, hesitação ou outra causa, vinha sendo procrastinado.

Contravertida a idéia, por oposição e crítica de muito, foi afinal vencedor o arrojado propósito do governador, sendo decidida e aprestada a expedição; e a 27 de outubro de 1637, partindo de Cometá, subia a aparatosa "bandeira", chefiada por PEDRO TEIXEIRA, já notável pela bravura, eficiência e tato com que se houvera na peleja contra holandeses e inglêses.

Dificilmente arroláveis os tropeços, assaltos, indecisões de rota, obstáculos mil que teve de enfrentar e anular, em sua subida tormentosa, a famosa expedição capitaneada por PEDRO TEIXEIRA, removendo todos os óbices, tudo vencedor, desde a impetuosidade da corrente fluvial até a agressividade dos índios. Não tardou que se sentisse a tropa abatida pelo cansaço, desânimo, falta de fé doenças. Não fôsse a energia e habilidade do chefe, ter-se-ia desagregado, pela indisciplina e pela deserção, a vultosa caravana.

Mas a despeito de todos os acidentes e revezes, ia-se registrando o itinerário da expedição com tôdas as particularidades potamográficas, assinalados os afluentes e quaisquer cursos dágua, observados os costumes das tribos indígenas bem como as suas produções e recursos, surpreendida a riqueza do solo e exaltada a exuberância florestal.

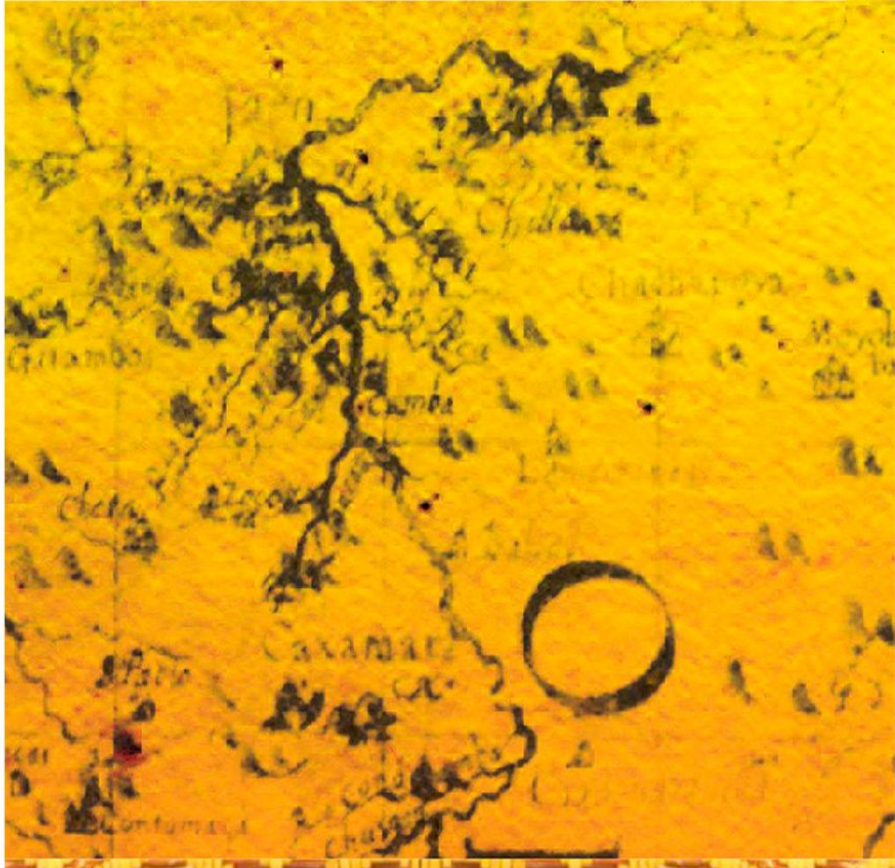
Depois de haver alcançado Quito como triunfador, com a mesma auréola regressa à Belém, depois de vinte e seis meses, o ousado sertanista. E, ainda em cumprimento de ordens recebidas, fundou à margem do Napo a povoação de Franciscana, em nome de Felipe IV, mas para a Coroa de Portugal, estendendo até alí os limites da Amazônia, que em breve viria ser portuguesa, altarado dessarte o traçado divisório do Tratado de 1494. O retôrno foi antecipado por ordem do Vice-rei do Peru, alarmado à hipótese de se aproveitarem os holandeses da via fluvial, que a intrepidez de PEDRO TEIXEIRA abrira.

ARAÚJO LIMA (Explotação Amazônica)

TRABALHOS DE ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Histórico do Amazonas – Manaus, 1931.
Manaus e Outras Vilas – Manaus, 1934.
A Política de Portugal no Vale Amazônico – Belém, 1940.
Lobo d'Almada, um estadista colonial – Manaus, 1940.
Paulistas na Amazônia e Outros Ensaios – Rio, 1941.
D. Romualdo de Souza Coelho – Belém, 1941.
Síntese de História do Pará – Belém, 1942.
A Conquista Espiritual da Amazônia – São Paulo, 1942.
O Processo Histórico da Economia Amazonense – Rio, 1945.
Histórico de Obidos – Rio, 1945.
Limites de Demarcações na Amazônia Brasileira – Rio, 1947/1948, 2 volumes.
Estadistas Portuguêses na Amazônia – Rio, 1948.
Território do Amapá. Perfio histórico – Rio, 1948.
Histórico da Imigração e Colonização do Continente Americano – Rio, 1948.
Monte Alegre. Aspectos de sua formação – Belém, 1950.
O Seringal e o Seringueiro. Tentativa de interpretação – Rio, 1953.
A Amazônia que os portugueses revelaram – Rio, 1957.

Este livro foi composto pela Gráfica Ziló LTDA para Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, em Minion/kalinga no corpo 11/20 pro e impresso sobre papel offset 90g/m² em abril de 2012.



impávida, a coragem pessoal de inúmeros aventureiros permitiram a penetração luso-brasileira na Amazônia. Estudando excelentemente o "Devassamento e ocupação da Amazônia" o ilustre escritor Virgílio Corrêia Filho, dedicado 1º secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lembrou que: "A pouco e pouco vão se tornando conhecidos os rios próximos, graças às viagens incessantes dos caçadores de índios, que, sem o pretender, revelam-se informantes venídicos a respeito da geografia regional".

Coube ao Império organizar política e espiritualmente a Amazônia. Foi este ciclo muito bem estudado por vários escritores, e entre eles pelo próprio Arthur C. F. Reis em "A conquista espiritual da Amazônia".

No ciclo da indústria extrativa da castanha e sobretudo da borracha, com seu apogeu e decadência, fez-se sentir a ação desordenada e por isso desastrosa dos Governos Estaduais e da União.

A formação do império português na Sul-América, a América Portuguesa de Sebastião da Rocha Pita, teve na Amazônia, um dos seus capítulos mais saborosos, mais palpitantes, mas, até nossos dias, mais ignorados. No entanto, com esse episódio apresenta particularidade, tem seu tom heroico, possui suas grandes páginas, a ponto de haver provocado, da austeridade de Joaquim Nabuco, aquele fase famosa.

ISBN 85-65409-01-5
9 788565 409018

Secretaria de
Estado de Cultura

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

**TRABALHANDO PARA
CRIAR OPORTUNIDADES**

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM